



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

RELATÓRIO DA VISITA DO GRUPO DE TRABALHO DA CIÊNCIA

LABORATÓRIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA

LNEG - Campus do Lumiar - 07.abril.2015



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Objetivo da visita

A Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, através do Grupo de Trabalho que acompanha a temática da Ciência, deliberou realizar uma visita de trabalho ao Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), laboratório do Estado.

A visita visava conhecer o trabalho desenvolvido pelo Laboratório – que foi objeto de reestruturação em 2014 - na resposta às necessidades da sociedade e das empresas, bem como no apoio às políticas públicas, e proceder ao levantamento dos desafios, oportunidades, problemas e dificuldades sentidas.

Laboratório Nacional de Energia e Geologia

O Laboratório Nacional de Energia e Geologia, é um instituto público integrado na administração indireta do estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio (Decreto-Lei n.º 129/2014, de 29 de agosto, artigo 1.º).

Prossegue atribuições do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, sob superintendência e tutela do membro do Governo responsável pelas áreas da energia e geologia. *“A definição das orientações estratégicas e a fixação de objetivos para o LNEG, I. P., bem como o acompanhamento da respetiva execução são articulados entre os membros do Governo responsáveis pelas áreas da energia, da geologia e da ciência”.*

Trata-se de um laboratório do Estado, que tem como missão a realização de investigação e transferência de conhecimento para as empresas nos domínios da energia e geologia.

Da caracterização do [Plano de Atividades de 2014](#) (página 6) resulta o seguinte:

1. Estrutura orgânica: 9 unidades de investigação, integrando 4 laboratórios acreditados, 2 núcleos e 1 Museu Geológico;
2. Indicadores de atividade: Participação em variados projetos nacionais e internacionais, publicação de mais de uma centena de artigos, 49 patentes, realização de Km de sondagens e inúmeros pareceres e relatórios;
3. Recursos financeiros: Orçamento privativo (orçamento de funcionamento) – Receita – 17.916.645€; Despesa – 17.138.801€.

O [mapa de pessoal para 2015](#) inclui 288 trabalhadores, sendo 108 de investigação científica.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Consulte-se ainda a informação remetida pelo LNEG, disponível na [página da Comissão, na internet](#).

Programa

- 10h30** Boas vindas no LNEG e apresentação institucional
- 10h50** Lei orgânica do LNEG e Portaria de estatutos
- 11h00** Apresentação dos desafios, oportunidades, problemas e dificuldades sentidas pelo LNEG
- 11h30** Intervenção do Grupo de Trabalho da Ciência da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura
- 12h00** Debate e conclusão dos trabalhos
- 12h30** Visita às instalações

Delegação de Deputados

- Deputada Elza Pais (PS, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Ciência)
- Deputada Nilza de Sena (PSD)
- Deputada Inês de Medeiros (PS)
- Deputado Michael Seufert (CDS-PP)
- Deputada Rita Rato (PCP)
- Deputada Maria José Castelo Branco (PSD)

Delegação do LNEG

Presidente do LNEG, Teresa Ponce de Leão, Diretor do Laboratório de Energia, Hélder José Perdigão Gonçalves, Diretor do Laboratório de Geologia e Minas, Mário Rui Machado Leite e outros responsáveis das unidades orgânicas e investigadores.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Síntese da visita

A Presidente do LNEG fez o acolhimento da delegação de Deputados no Edifício Solar XXI e deu algumas informações sobre este, referindo que dispunha de painéis solares térmicos, era quase autónomo em termos de energia e não tinha ar condicionado.

Seguiu-se, depois, uma reunião de trabalho, em que a Presidente do LNEG referiu as várias alterações orgânicas desde 2009 e a inexistência de fiscal único. De seguida, foi visionado um filme em que se equacionava para que serve o conhecimento, a investigação e a demonstração, concluindo que tem como objetivo transferir conhecimento para a sociedade.

Fez ainda uma apresentação (disponível na [página da Comissão, na internet](#)) em que indicou a missão e a visão do LNEG, como laboratório do Estado, integrado no Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, o que os distinguiu das universidades, as atividades que desenvolviam, nomeadamente em países dos continentes da América e da África, em parceria com empresas portuguesas e as prioridades que prosseguiam.

Informou que possuíam 4 laboratórios acreditados e apostavam na Carta Europeia do Investigador e no Código de Conduta para o Recrutamento de Investigadores, tendo-lhes sido atribuída recentemente pela Comissão Europeia o Logotipo de Excelência de Gestão de Recursos Humanos de Investigação, entregue pelo atual Comissário da Ciência.

Indicou depois vários projetos emblemáticos, a saber, Programa LNEG 2.0 (contribuir para a modernização administrativa do LNEG), enerGeo (plataforma de suporte à Rede de Inovação e Comunicação em Energia e Geologia), GEOPORTAL (infraestrutura de Dados Espaciais, para pesquisa de informação das áreas de Energia e geologia), Arquivo Nacional de Amostras e Dados Geológicos – Litoteca (de apoio à investigação em Geociências, em instalações situadas em Aljustrel), desenvolvimento de um projeto em Angola.

Realçou, de seguida, o trabalho em rede, indicando as redes e plataformas internacionais em que participam, o facto de terem sido a instituição que teve mais projetos em energia no âmbito do anterior quadro comunitário (segundo o registo da FCT), a participação no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico e a existência de 3 projetos já financiados no âmbito do pilar desafios sociais H2020 e de várias candidaturas apresentadas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Informou que o quadro de pessoal atual tinha 286 pessoas (enquanto em 2009 tinha mais de 500 trabalhadores) e apresentou um gráfico com a relação entre as receitas (do Orçamento do Estado/OE e receitas próprias) e o n.º de pessoas, tendo indicado que tinham um bom posicionamento, não obstante a redução do número de trabalhadores. Realçou ainda que o projeto que estavam a desenvolver em Angola, em parceria com empresas nacionais, permitia a contratação de trabalhadores fora do OE.

Mencionou depois vários projetos desenvolvidos em conjunto com as Universidades, bem como projetos a nível de bioenergia, recursos eólicos e a nível solar, carta geológica do país, proposta de cartografia hidrogeológica a integrar a nível europeu, de riscos geológicos e enfatizou ainda as condições específicas que possuíam em termos de sondagens.

Interveio depois a Deputada Elza Pais (PS, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Ciência), questionando quais os obstáculos, ameaças e oportunidades face à missão do LNEG. Realçou depois que a maioria dos laboratórios não cumpria a Carta Europeia do Investigador e perguntou como é que ela era cumprida no LNEG, tendo apresentado ainda cumprimentos pela atribuição do prémio de excelência.

Questionou ainda a situação dos bolsеiros e dos contratos de Ciência, como desenvolviam os projetos quando estes terminavam e qual a gestão que faziam das várias situações. Por último, enfatizou a diminuição dos orçamentos e perguntou como faziam a gestão dos recursos próprios, nomeadamente, face à lei dos compromissos.

A Deputada Nilza de Sena (PSD) realçou a importância da visita às instituições e cumprimentou pela atribuição do prémio de excelência. Referiu depois que a Ciência não tinha sido muito prejudicada pela crise e perguntou como faziam a captação de receitas próprias e financiamento, bem como a articulação que era feita com a tutela.

Questionou depois quais as parcerias existentes e o balanço que faziam, a forma como faziam a ligação para a transferência da investigação para o tecido produtivo, bem como a colaboração com as Universidades, interrogando se eram complementares ou se havia sobreposição de trabalhos.

A Deputada Maria José Castelo Branco (PSD), partindo da missão do LNEG, perguntou por que razão ainda não existia a cartografia geológica completa do país, tendo-a considerado uma prioridade.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A Deputada Inês de Medeiros (PS) pediu para indicarem se a lei orgânica do LNEG tinha sido muito alterada ao longo dos anos, bem como se o nível de internacionalização atingido já era o desejável ou ainda podia haver crescimento e a sua relação com os recursos humanos.

Perguntou ainda qual a ligação existente com as Universidades e com o Museu de História Nacional e os arquivos e que projetos desenvolviam a nível da costa marítima (realçando que atualmente se falava muito no mar e respetivos recursos).

Em relação aos recursos humanos e bolsiros, referiu a relação entre as receitas e o pessoal e perguntou se havia falta de pessoal para o LNEG desenvolver os seus projetos e necessidade de contratação de mais pessoas, tendo enfatizado o gráfico com baixa de receitas e de pessoas.

A Deputada Rita Rato (PCP) informou que não tinham pedido a apreciação parlamentar do [Decreto-Lei n.º 129/2014, de 29 de agosto](#), de reestruturação do LNEG, por se tratar da lei orgânica dum organismo do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, integrado na orgânica do Governo e por isso a lei não permitir a apreciação desses diplomas. Defendeu que entendiam que a nova lei orgânica do LNEG podia gerar desperdício e questionou a justificação da tutela.

Equacionou depois a transferência de investigadores para a Direção Geral de Energia e Geologia, realçou a diminuição do número de pessoas e de receitas e enfatizou que eram os investigadores que captavam as receitas. Informou ainda que o PCP propunha orçamentos de funcionamento a suportar pelo Orçamento do Estado.

Referiu também que entendiam não haver sobreposição entre os Laboratórios e as Universidades e perguntou qual o último concurso realizado para ingresso na carreira de investigação e relativamente à lei orgânica, qual o atendimento dado pela tutela em relação às questões colocadas pelo LNEG.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) louvou o documento de reflexão interna do LNEG (disponível na [página da Comissão, na internet](#)) e considerou que o mesmo ajuda as decisões políticas e a atividade do Laboratório. Realçou a importância de uma boa definição da missão institucional e perguntou se a mesma estava consolidada, se concordavam com ela, bem como com o posicionamento atual ou se deviam equacionar-se outras soluções.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Por último, em relação às receitas próprias, perguntou que agregados estavam incluídos nas mesmas.

Em resposta às questões colocadas e às observações feitas, os responsáveis do LNEG referiram o seguinte:

1. Um dos problemas dos Laboratórios do Estado era não terem uma tutela conjunta com o Ministério da Educação e Ciência, tendo realçado que se sentiam desvalorizados;
2. As receitas próprias advinham de royalties, taxas, contratos com empresas e eram utilizadas para projetos e ainda para vencimentos;
3. Havia bolseiros que viviam das bolsas ao longo da vida, tendo informado que aquele era um problema existente em vários países;
4. Os projetos no âmbito do H2020 permitiam contratar investigadores, tendo manifestado a expectativa de poderem contratar mais pessoal;
5. Havia bolseiros com mais de 50 anos;
6. O LNEG é o Laboratório do Estado mais jovem e teve alterações orgânicas em 2012, 2014 e 2015 ([Portaria 81/2015, de 18 de março](#)), tendo mudado do Ministério da Economia para o do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia;
7. Percebiam a criação da Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, [ENMC](#), mas alertaram que as competências laboratoriais deviam manter-se no LNEG, sob pena de terem de ser replicadas, tendo esclarecido que mantinham pessoas nessa área;
8. As competências atribuídas ao LNEG na área dos combustíveis não são compatíveis com as da Direção Geral de Energia e Geologia e da [ENMC](#), entendendo que não deviam sair investigadores do LNEG. Realçaram ainda que a Direção Geral tinha informado que não precisavam de investigadores com trabalho experimental, quando os do LNEG têm esse trabalho;
9. As reduções de pessoal tinham estado associadas a reduções de orçamento, tendo realçado que se tiverem *superavit* as receitas são integradas no Orçamento do Estado e era difícil trazê-las para o LNEG;
10. Todos os diplomas legais e as diretivas europeia eram para cumprir;
11. Tinham parcerias internacionais e nacionais, incluindo com universidades e empresas e participavam em várias plataformas, com ligação com as Universidades;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

12. Articulavam a atividade com o Museu de História Nacional, embora tivessem mencionado que a ligação com o Museu Geológico tinha parado, sem ser por responsabilidade do LNEG;
13. Têm 2 investigadores a trabalhar na área da energia costeira, tendo salientado que algumas competências foram transferidas para o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, IPMA.

O Diretor do Laboratório de Energia e outros elementos da respetiva equipa indicaram o seguinte:

1. São contra a solução de transferência de competências em curso;
2. O LNEG tem competências na área da eficiência energética;
3. Discordaram da saída dos biocombustíveis da área de competências do LNEG, tendo defendido que essa solução era contraditória;
4. O Laboratório tem cerca de 124 pessoas, mais cerca de 50 bolseiros (estes pagos pelos projetos) e a Portaria do LNEG conta com as pessoas que existem;
5. Os últimos concursos para investigadores foram em 2002;
6. A Direção Geral acima referida pede a transferência de 80 pessoas da área da energia do LNEG, pelo que, se isso se verificar, o Laboratório de Energia perderá 80 dos 124 trabalhadores e morrerá;
7. O Laboratório tem competências acumuladas ao longo dos anos, diferentes em relação às das universidades, porque têm uma missão de soberania;
8. Reiteraram a preocupação com as sobreposições legislativas que se verificam – e as incompatibilidades entre o regime do LNEG, da Direção-Geral de Energia e Geologia e da ENMC - e a transferência de competências do LNEG para a referida Direção Geral;
9. Realçaram que 5% da utilização dos biocombustíveis se verifica no setor dos transportes, tratando-se de matéria não transferível;
10. Todos os investigadores do LNEG, mesmo os dirigentes, têm trabalho experimental;
11. As receitas próprias estão muito dependentes de projetos internacionais.

O Diretor do Laboratório de Geologia e outros elementos da respetiva equipa mencionaram o seguinte:

1. Faltam recursos para desempenharem todas as funções;
2. Os bolseiros são recursos transitórios e no fim da bolsa vão para o estrangeiro;
3. Uma carta geológica custa cerca de 250.000€ e por falta de recursos têm publicada apenas uma parte da cartografia;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

4. O geólogo mais novo tem mais de 40 anos e faltam recursos humanos.

Intervenção de seguida a representante da Comissão de Trabalhadores, igualmente responsável dos recursos minerais, indicando:

1. Há pouca estratégia na área dos recursos minerais, que não geram riqueza e as verbas atribuídas não permitem estudos sérios;
2. Não se estudam áreas de alto risco, passando tudo para as empresas, mas estas só tratam do que lhes interessa;
3. O mesmo acontece com a cartografia geológica;
4. Há cada vez menos recursos humanos;
5. Os arquivos devem ser mantidos pelo Estado, não sendo papel das Universidades;
6. Todas as pessoas estão com funções diversas e superocupadas;
7. Com os bolseiros perde-se a continuidade da investigação.

Por último, a Presidente do LNEG realçou que tinham um problema de recursos humanos, sendo a média de idade dos funcionários superior a 50 anos, faltando a geração dos 40 e dos 30 anos. Indicou ainda que o Conselho Diretivo (constituído pela Presidente e pelos Diretores dos 2 Laboratórios) acabou o mandato em 2002 e aguardava a sua mudança e a estabilidade. Salientou que tinham meios para angariarem recursos humanos, mas precisavam de estabilidade.

Nessa sequência, a Deputada Inês de Medeiros (PS) perguntou se havia um levantamento do número de pessoas em falta, tendo a Presidente do LNEG indicado que faltavam cerca de 20 pessoas.

A Presidente referiu depois a investigação desenvolvida na área do mar, em que tinham mapeado os recursos da energia das ondas e trabalhado nos sistemas eólicos flutuantes.

Por último, foi realçado que a Direção-Geral de Energia e Geologia tem o papel de licenciamento da área da energia e geologia e ao mesmo tempo da fiscalização do setor, tendo considerado que havia incompatibilidade e conflito de interesses nas duas funções.

A finalizar, a Deputada Elza Pais (PS, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Ciência) referiu que ficava o levantamento feito e os Grupos Parlamentares apresentariam as propostas que considerassem adequadas para se ultrapassarem as ameaças.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Por falta de tempo, não foi possível concretizar a visita mais desenvolvida às instalações.

A documentação respeitante à visita está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

Lisboa, 07 de abril de 2015

A assessora da Comissão,
Teresa Fernandes